

# Superior Tribunal de Justiça

**PET no RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 115.436 - RS  
(2019/0205421-1)**

**RELATOR : MINISTRO LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO  
(DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PE)**  
**REQUERENTE : J DE V**  
**ADVOGADO : DARLAN DA SILVA CONCEICAO - RS063236**  
**REQUERIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO  
SUL**

## DECISÃO

Trata-se de pedido de reconsideração do indeferimento da liminar (fls. 157-159), realizado nos autos de recurso ordinário em **habeas corpus**, interposto em benefício de **J DE V**, contra v. acórdão proferido pelo eg. **Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul**.

Extraí-se dos autos que o recorrente foi condenado definitivamente pela prática do crime descrito no art. 217-A, § 1º, do Código Penal, à pena de 4 anos e 2 meses de reclusão em regime semiaberto.

Requerendo que lhe fosse concedida a liberdade eletronicamente monitorada ou a prisão domiciliar, alegando o cumprimento de pena em local inadequado ao regime semiaberto, a d. Defesa impetrou **habeas corpus** perante a eg. Corte estadual, que **denegou a ordem** (fls. 65-71).

Pedido liminar **indeferido**, às fls. 115-116.

Informações, às fls. 118-142.

Contrarrazões, às fls. 108-111, pelo desprovimento do recurso.

O d. Ministério Público Federal oficiou pelo **desprovimento** do recurso, às fls. 145-151.

Dáí o presente pedido de reconsideração, no qual aduz a d. Defesa *"que em contato com a Vara de Execução originária, restou informado que não há prazo, bem como expectativa de análise do pedido de prisão domiciliar e ou monitorada. Desta forma resta configurado o excesso de prazo, bem como*

# *Superior Tribunal de Justiça*

*justificado os pedidos em Habeas Corpus, tendo em vista, que o réu se encontra sem amparo judicial e em regime totalmente fechado, contrariando a Súmula vinculante nº 56, do STF, a qual da guarida a pretensão do recorrente. Por derradeiro, requer a reconsideração a liminar pleiteada visto que o apenado possui a possibilidade de ressocialização mediante trabalho, conforme documentação dos autos" (fl. 157).*

É o relatório.

## **Decido.**

Da análise da decisão de fls. 115-116, não se verifica qualquer motivo para que seja revertida em benefício do recorrente.

Aliás, a notícia de eventual superveniente apreciação do pedido de prisão domiciliar somente poderá prejudicar a atual impetração, que se volta contra v. acórdão em **habeas corpus** já devidamente debatido pelo eg. Tribunal de origem.

Portanto, **indefiro o pedido de reconsideração.**

**Retornem os autos para julgamento do recurso ordinário.**

P. I.

Brasília (DF), 30 de setembro de 2019.

MINISTRO LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO  
(DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PE)  
Relator